



BANCO
FIBRA

**Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas do
Conglomerado Prudencial acompanhadas do relatório do
auditor independente.**

Em 30 de junho de 2021

**Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil**

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório do Auditor Independente..... | 3 |
| Relatório de Administração..... | 7 |
| Balço Patrimonial..... | 9 |
| Demonstração do Resultado..... | 11 |
| Demonstração do Resultado Abrangente..... | 12 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 13 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 14 |

Notas Explicativas

| | |
|--|----|
| 1. Contexto Operacional..... | 15 |
| 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras..... | 15 |
| 3. Principais Práticas Contábeis..... | 15 |
| 4. Disponibilidades..... | 17 |
| 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez..... | 17 |
| 6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos..... | 17 |
| 7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital..... | 19 |
| 8. Operações de Crédito, Câmbio e Outros Créditos..... | 20 |
| 9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito..... | 21 |
| 10. Investimentos..... | 21 |
| 11. Dependência no Exterior..... | 22 |
| 12. Depósitos..... | 22 |
| 13. Captações no Mercado Aberto..... | 22 |
| 14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos..... | 22 |
| 15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País..... | 22 |
| 16. Carteira de Câmbio..... | 22 |
| 17. Composição de Outras..... | 23 |
| 18. Outros Valores e Bens..... | 24 |
| 19. Tributos..... | 24 |
| 20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais..... | 25 |
| 21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital..... | 26 |
| 22. Patrimônio Líquido..... | 26 |
| 23. Transações com Partes Relacionadas..... | 26 |
| 24. Limites Operacionais..... | 27 |
| 25. Informações Complementares..... | 28 |
| 26. Resultado não Recorrente..... | 28 |
| Relatório do Comitê de Auditoria..... | 29 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Fibra S.A. (“Fibra”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2 – “Apresentação das demonstrações financeiras” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais práticas contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Fibra S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial prevista na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa no 2 – “Apresentação das demonstrações financeiras” e Nota Explicativa no 3 – “Principais práticas contábeis”

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 - “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota nº 3 - “Principais Práticas Contábeis” que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

O Banco Fibra S.A, elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais Práticas Contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração da Instituição, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

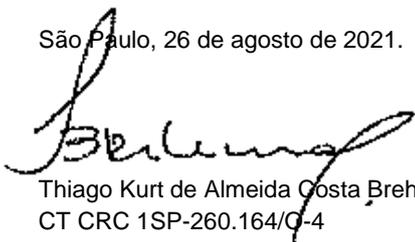
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais de Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas e demais interessados:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2021, contemplando o Relatório da Administração, o Relatório do Comitê de Auditoria e as correspondentes informações financeiras revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade econômica global e pelo aumento das taxas de inflação nas principais economias – após o bem-sucedido processo de vacinação em massa, principalmente no hemisfério norte.

A economia brasileira foi favorecida pelo avanço da vacinação a partir do 2T e se mostrou mais resiliente às medidas de isolamento, apesar da elevação nas estatísticas de novos casos ao final do 1T ("segunda onda"). De acordo com o IBGE, o setor de serviços, o de maior participação na economia e mais afetado pelas medidas de isolamento, apresentou expansão de 9,5% no primeiro semestre ante o mesmo período de 2020. A produção industrial e o comércio varejista ampliados cresceram respectivamente 12,9% e 12,3% na mesma comparação. O mercado de trabalho formal criou 1,5 milhão vagas de emprego no 1S21 de acordo com os dados do Caged. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego – medida pelo IBGE – apresentou alta de 0,7 p.p. para 14,6% até maio.

A taxa de inflação medida pelo IPCA registrou forte alta de 3,77% no semestre e de 8,35% em doze meses até junho – muito acima do centro da meta para a inflação de 3,75% definida pelo CMN. As principais fontes de pressão inflacionária foram o choque no preço internacional das commodities e a elevação dos preços administrados, com destaque para a tarifa de energia elétrica e os preços de combustíveis.

O cenário de inflação mais alta e o aumento das expectativas para a inflação futura justificaram o início de um novo ciclo de aperto monetário pelo Copom, elevando a taxa básica de juros Selic de 2,0% em março para 4,25% a.a. no final de junho.

O balanço fiscal do setor público apresentou melhora neste ano em função da retomada da arrecadação e redução dos gastos com programas relacionados à pandemia. Apesar da redução do déficit primário, no entanto, o quadro fiscal ainda é bastante desafiador. O resultado primário do Setor Público registrou déficit de R\$5,2 bilhões (0,13% do PIB) no primeiro semestre ante déficit de R\$402,3 bilhões (11,34% do PIB) no mesmo período de 2020. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os gastos com juros, foi deficitário em 3,66% do PIB no período. A dívida bruta do setor público alcançou 84% do PIB, reduzindo-se 4,87 p.p. em relação ao final do ano anterior (efeito da elevação do PIB nominal).

O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R\$4,2 trilhões no final do semestre, com expansão de 16,3% em relação ao primeiro semestre de 2020. A carteira de recursos livres cresceu 16,7% e a de recursos direcionados 15,7%. Houve alta de 24,6% nas operações dos bancos de capital estrangeiro, de 21,8% de bancos privados nacionais e de 9,0% nas operações de bancos públicos.

A balança comercial acumulou superávit de US\$37 bilhões nos primeiros seis meses do ano, o que representa crescimento de 65,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse superávit é resultado de exportações de US\$136,1 bilhões (alta pela média diária de 35,9% com relação a 2020) e importações de US\$99,2 bilhões (alta de 26,1%).

O cenário para o restante do ano é bastante relacionado à dinâmica das novas variantes do coronavírus em diversos países – que pode afetar o ritmo de recuperação da atividade global – e sinalizações quanto ao início da redução de estímulos monetários nos EUA. No Brasil, as atenções estarão voltadas para a evolução da crise hídrica – oriunda da queda do volume dos reservatórios de água no Sudeste e Centro Oeste – e da antecipação do calendário eleitoral de 2022, além dos riscos fiscais. Para 2021, estimamos alta de 7,7% para o IPCA e crescimento de 5,7% para o PIB.

Resultados Junho de 2021

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pelo crescimento da carteira, em especial dos segmentos Corporate, Empresas e PME's, assim como pela melhora dos indicadores de crédito. Neste semestre o rating em escala nacional do Fibra publicado pela agência Standard & Poor's foi elevado de br.BBB- para br.BBB+.

Ao final do primeiro semestre de 2021, o Resultado Operacional foi de R\$38,4 milhões e o Lucro Líquido foi de R\$20,2 milhões.

O Patrimônio Líquido em junho de 2021 totalizou aproximadamente R\$1,2 bilhão.

Carteira

A Carteira de Crédito Expandida totalizou R\$6,4 bilhões ao final de junho do 1S21, com crescimento de 41,6% nos últimos 12 meses.

Em razão de uma criteriosa política de crédito e da firme gestão dos ativos, a qualidade da carteira de crédito melhorou: em junho de 2021 as Provisões representam 2,1% (versus 3,3% em junho de 2020), a Carteira de Crédito classificada com rating D-H representa 2,5% da Carteira Total (contra 6,0% em junho de 2020) e o Índice de Inadimplência total finalizou em 1,0% (contra 1,7% em junho de 2020).

A Receita Gerencial Comercial (Margem Financeira Clientes) manteve-se praticamente estável, crescendo 2,6% em relação ao mesmo período de 2020, atingindo o total acumulado de R\$124 milhões, com destaque para a Receita Gerencial de Juros (Margem Crédito Clientes), que cresceu 19% em relação ao 1S20, com total acumulado de R\$93 milhões. A Margem Não-Crédito Clientes (Derivativos, Câmbio, Tarifas, Fees e Comissões) totalizou R\$31 milhões no 1S21.

Em junho de 2021 houve melhora na PDD: reversão de R\$ 5 milhões contra uma reversão de R\$ 2 milhões em 1S20.

O Agronegócio continua a ser um segmento estratégico e relevante para o Banco. Mantemos equipes especializadas no setor em todas as áreas relevantes: Comercial, Mesa Clientes, Crédito e Produtos. A Carteira Agro fechou o semestre com volume de R\$0,9 bilhão.

A linha de negócio "Empresas", cresceu 76% no 1S21 em relação a 1S20, totalizando um saldo gerencial R\$ 158,5 milhões em junho de 2021. Essa linha de negócio se mostrou saudável durante a pandemia, as duplicatas mostraram-se líquidas durante a crise e por esse motivo, aceleramos o crescimento desta carteira.

Já a linha de Confirme totalizou o saldo gerencial de R\$1,92 bilhão no 1S21, saldo este 128% maior ao saldo de 1S20 que era de R\$844,0 milhões.

No 1S21 houve um crescimento da carteira da nova plataforma de negócios, Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O saldo desta carteira passou de R\$4 milhões em 2S20 para R\$12 mm em 1S21. Continuamos oferecendo produtos como Antecipação de Recebíveis, Cobrança, Capital de Giro e Cash Management através de processos e atendimento via canais digitais.

Captações

O estoque de Captação no final de 1S21 cresceu 17,7% em relação ao mesmo período de 2020 e 6,4% em relação a 2S20, totalizando aproximadamente R\$7,7 bilhões, sendo 98% desse volume originado no mercado local. O descasamento positivo entre ativos e passivos mantém uma situação confortável: os ativos possuíam prazo médio de 165 dias e os passivos 828 dias, reforçando o conservadorismo na administração do "ALM" do Banco.

O Caixa Livre Gerencial encerrou o primeiro semestre de 2021 com R\$1,5 bilhão, em linha com a estratégia de crescimento de carteira planejada para 2021.

Em junho de 2021 as Captações de LCAs, LCIs e LFs representavam 2% do saldo total captado e a participação dos Depósitos a Prazo (CDBs) atingiu o volume de R\$5 bilhões, impulsionados principalmente pelo volume de operações em CDB de médio e longo prazo (emissões de 3, 4 e 5 anos). Não houve emissão de DPGE no 1S21.

Administração de Riscos

O Banco Fibra considera que a gestão de riscos é uma ferramenta estratégica e essencial para a otimização de recursos, possibilitando a melhor relação risco versus retorno de suas operações.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e Operações que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão dos riscos cibernéticos também faz parte do escopo sob gestão da área. A aderência à legislação e às regras vigentes é responsabilidade da área de Compliance.

A consolidação das áreas de risco confere um controle integrado e centralizado, o que resulta em sinergia nas ações de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos do Banco Fibra conta com uma sólida governança, com diferentes comitês, convergindo para Comitê de Gestão de Riscos, onde os especialistas da Instituição e a Alta Administração se reúnem, possibilitando a discussão e a rápida deliberação sobre os riscos avaliados.

O Conselho de Administração aprova as principais estratégias e políticas relacionadas ao gerenciamento e controle dos riscos, garantindo assim uma governança corporativa altamente eficiente.

Informações adicionais sobre o gerenciamento de riscos da Instituição podem ser consultadas no site www.bancofibra.com.br, no Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

O Banco possui em suas demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

Gestão de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.557/17, o Banco Fibra implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, sob responsabilidade da Diretoria de Riscos e Operações, que atua de maneira integrada com as áreas de Controladoria e Contabilidade. Esta estrutura analisa a adequação dos capitais regulatório e econômico da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico, contemplando os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como a simulação de eventos severos que possam afetá-la. A descrição completa sobre a estrutura de Gerenciamento de Capital da Instituição se encontra no site do Banco Fibra (www.bancofibra.com.br).

Adequação de Capital

As normas do Banco Central do Brasil estipulam que os bancos devem manter um Índice de Basileia igual ou superior a 9,625%. O Banco Fibra encerrou junho de 2021 com Índice de Basileia de 12,10%.

Recursos Humanos

O Banco Fibra encerrou junho de 2021 com um quadro de 297 colaboradores.

Ratings

O Banco Fibra é avaliado por agências independentes de rating. A agência Standard & Poors elevou a nota em escala nacional do Fibra de br.BBB- para br.BBB+ e manteve a nota em moeda estrangeira em B-. No primeiro semestre de 2021 o Fibra passou a ser avaliado pela Fitch Ratings que atribuiu o rating BBB+ com Outlook estável (escala nacional) e B+ com outlook negativo (escala global) e deixou de ser avaliado pela agência Moody's Corporation. O RiskBank atribuiu 9,91 com baixo risco para curto prazo (BRCP2) com Outlook estável (atualizado em dezembro 2020).

Agradecimentos

A Administração do Banco Fibra S.A. agradece a todos os clientes e investidores pela confiança depositada, aos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos acionistas pelo constante suporte, que tornaram possível o reposicionamento e fortalecimento de nossa instituição.

Balancos Patrimoniais

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Fibra Prudencial | |
|--|------------|-------------------|------------------|
| | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3c | 114.254 | 90.847 |
| Disponibilidades | 4 | 99.186 | 88.356 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 5 | 15.068 | 2.491 |
| Instrumentos financeiros | | 8.273.221 | 7.426.418 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 5 | 6.397 | 6.330 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros | 6a | 2.938.740 | 2.455.211 |
| Operações com características de concessão de crédito | 8 | 5.446.872 | 5.106.735 |
| Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | 9 | (118.788) | (141.858) |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 17h | 54.459 | 71 |
| Outros créditos | | 2.176.111 | 1.993.040 |
| Créditos tributários diferidos | 19b | 1.134.928 | 1.140.582 |
| Carteira de câmbio | 16 | 278.014 | 131.607 |
| Diversos | 17a | 763.169 | 720.851 |
| Outros valores e bens | | 236.962 | 268.848 |
| Outros valores e bens | 18a | 186.981 | 233.175 |
| Despesas antecipadas | 18b | 49.981 | 35.673 |
| Permanente | | 34.572 | 28.424 |
| Investimentos | | 17.428 | 15.990 |
| Participações em controladas - No País | 10a | 11.562 | 11.425 |
| Outros investimentos | | 5.866 | 4.565 |
| Imobilizado de uso | | 2.359 | 2.748 |
| Outras imobilizações de uso | | 9.444 | 9.327 |
| (-) Depreciações acumuladas | | (7.085) | (6.579) |
| Intangível | 10b | 14.785 | 9.686 |
| Aquisição e desenvolvimento de software | | 66.499 | 60.011 |
| (-) Amortização sobre aq. e desenv. de software | | (51.714) | (50.325) |
| Total do Ativo | | 10.889.579 | 9.807.648 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Fibra Prudencial | |
|--|------------|-------------------|------------------|
| | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | | | |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | | 8.727.516 | 7.775.531 |
| Depósitos | 12 | 6.635.255 | 5.772.703 |
| Captações no mercado aberto - carteira própria | 13 | 535.657 | 393.660 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 14 | 850.695 | 1.189.790 |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 17h | 316.591 | 59.289 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 15 | 166.945 | 218.509 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6b | 222.373 | 141.580 |
| Provisões | 17c | 504.354 | 519.428 |
| Outras obrigações | | 449.371 | 304.374 |
| Obrigações fiscais diferidas | 17i | 16.362 | 15.462 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 2.195 | 35 |
| Carteira de câmbio | 16 | 300.332 | 130.028 |
| Fiscais e previdenciárias | 17b | 10.542 | 32.629 |
| Dívidas subordinadas | 21 | 118.790 | 123.409 |
| Diversas | | 1.150 | 2.811 |
| Resultados de exercícios futuros | | 6.174 | 10.764 |
| Total do Passivo | | 9.687.415 | 8.610.097 |
| Patrimônio Líquido | 22 | 1.202.164 | 1.197.551 |
| Capital social - De domiciliados no país | | 2.124.888 | 2.124.888 |
| Reservas de capital | | 4.326 | 4.326 |
| Outros resultados abrangentes | | (10.056) | 5.603 |
| (Prejuízos) acumulados | | (916.994) | (937.266) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 10.889.579 | 9.807.648 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Fibra Prudencial | |
|--|------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Receitas da intermediação financeira | | 378.617 | 545.037 |
| Operações de crédito | | 202.678 | 224.630 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 107.635 | 261.656 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | | 52.304 | (19.766) |
| Resultado de operações de câmbio | | 10.607 | 75.953 |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 9b | 5.393 | 2.564 |
| Despesas da intermediação financeira | | (281.271) | (441.714) |
| Operações de captação de mercado | | (279.288) | (182.742) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (1.983) | (258.972) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 97.346 | 103.323 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (53.238) | (17.785) |
| Receitas de prestação de serviços | | 24.716 | 14.845 |
| Receitas de tarifas bancárias | | 3.845 | 8.422 |
| Despesas de pessoal | | (50.023) | (44.001) |
| Outras despesas administrativas | 17d | (31.629) | (26.876) |
| Despesas tributárias | | (7.870) | (10.210) |
| Resultado de participações em controladas | 10a | 137 | 344 |
| Outras receitas operacionais | 17e | 15.008 | 57.756 |
| Outras despesas operacionais | 17f | (7.422) | (18.065) |
| Provisões | 20e | (5.693) | (5.895) |
| Cíveis | | (672) | (246) |
| Trabalhistas | | (2.000) | (1.509) |
| Fiscais | | (3.021) | (4.140) |
| Resultado operacional | | 38.415 | 79.643 |
| Resultado não operacional | 17g | 17.005 | 642 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | | 55.420 | 80.285 |
| Provisões sobre participações no resultado | | (14.962) | (7.959) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | 40.458 | 72.326 |
| Imposto de renda e contribuição social | 19a | (20.186) | (19.767) |
| Provisão para imposto de renda | | (2.539) | (2) |
| Provisão para contribuição social | | (3.015) | (1) |
| Ativo fiscal diferido | | (14.632) | (19.764) |
| Lucro do semestre | | 20.272 | 52.559 |
| Resultado líquido por ação - R\$ | | 0,0032 | 0,0083 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")
Demonstrações do Resultado Abrangentes
(Valores expressos em milhares de reais)



| | Fibra Prudencial | |
|---|------------------------------------|------------------------------------|
| | 01/01/2021 a 30/06/2021 | 01/01/2020 a 30/06/2020 |
| Lucro do semestre | 20.272 | 52.559 |
| Itens que serão reclassificados para o resultado | | |
| Atualização de títulos patrimoniais | (1.000) | - |
| Títulos disponíveis para venda - próprios | 30.289 | 1.164 |
| Hedge de fluxo de caixa | - | (23.390) |
| Efeitos tributários | (13.630) | 10.002 |
| Varição em outros resultados abrangentes | 15.659 | (12.224) |
| Total do resultado abrangente do semestre | 35.931 | 40.335 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

(Valores expressos em milhares de reais)

| Fibra Prudencial | Capital realizado | Reservas de capital | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total |
|---|--------------------------|----------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| Saldos em 31 dezembro de 2019 | 2.124.888 | 5.948 | (13.472) | (985.917) | 1.131.447 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | 12.224 | - | 12.224 |
| Lucro no semestre | - | - | - | 52.559 | 52.559 |
| Saldos em 30 de junho de 2020 | 2.124.888 | 5.948 | (1.248) | (933.358) | 1.196.230 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 2.124.888 | 4.326 | 5.603 | (937.266) | 1.197.551 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | (15.659) | - | (15.659) |
| Lucro no semestre | - | - | - | 20.272 | 20.272 |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 2.124.888 | 4.326 | (10.056) | (916.994) | 1.202.164 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")
Demonstrações de Fluxos de Caixas
(Valores expressos em milhares de reais)



| | Fibra Prudencial | |
|--|-------------------------|---------------------|
| | 01/01/2021 a | 01/01/2020 a |
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Lucro líquido ajustado | 17.490 | 85.474 |
| Resultado semestre | 20.272 | 52.559 |
| Ajustes ao resultado: | (2.782) | 32.915 |
| Constituição para perdas com bens não de uso próprio | 1.878 | 1.858 |
| Depreciação e amortização | 1.897 | 1.850 |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | (137) | (344) |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | (5.393) | (2.437) |
| Tributos diferidos | 14.632 | 19.764 |
| Outros resultados abrangentes | (15.659) | 12.224 |
| Variação de ativos e passivos | 13.686 | 892.547 |
| (Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | (67) | 71.782 |
| (Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos | (402.736) | (644.124) |
| (Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências | 202.914 | (21.820) |
| (Aumento) redução em operações com características de concessão de crédito | (357.814) | (285.227) |
| (Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens | (167.713) | (65.293) |
| (Aumento) redução em depósitos | 862.498 | 1.154.262 |
| (Aumento) redução em captações no mercado aberto | 141.997 | 147.767 |
| (Redução) aumento em recursos por emissão de títulos | (339.095) | 569.914 |
| (Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses | (51.564) | (56.381) |
| (Aumento) redução em outras obrigações | 129.856 | 22.609 |
| Variação nos resultados de exercícios futuros | (4.590) | (942) |
| Atividades operacionais - caixa líquido proveniente | 31.176 | 978.021 |
| Atividades de investimento - caixa líquido (aplicado) | (7.769) | (2.143) |
| (Aquisição) alienação de imobilizado de uso | (117) | (677) |
| (Aquisição) alienação de investimento | (1.164) | (257) |
| (Aquisição) alienação de intangível | (6.488) | (1.209) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 23.407 | 975.878 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 90.847 | 151.728 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 114.254 | 1.127.606 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 23.407 | 975.878 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) atua como Banco Múltiplo, operando através das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos e está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360 - 5º ao 8º andar, Vila Nova Conceição-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

O controle do Banco Fibra S.A pertence a Elisabeth S.A Indústria Têxtil e o controlador do grupo econômico em última instância é o Espólio de Dorothea Steinbruch.

O Banco Fibra tem como política proteger o patrimônio líquido dos efeitos totais das variações cambiais de seu investimento na agência em Grand Cayman (full-branch). Para tanto, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante suficiente para anular os impactos no resultado do período.

A estratégia de concentrar os negócios do Banco Fibra no segmento Atacado teve como principais objetivos: (i) Direcionar os negócios do Banco Fibra no segmento onde acumula forte expertise de mercado; (ii) Reduzir os custos de administração da Instituição e a exposição de crédito do Banco Fibra. Adicionalmente, ao longo de 2017, foi inaugurado o segmento de Médias Empresas, voltado à pessoas jurídicas com faturamento anual superior à R\$ 30 milhões. Mais recentemente, em 2020, o Banco passou a se estruturar para atender também empresas de pequeno porte, com o objetivo de consolidar a atuação do Banco no segmento PME.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado do Banco Fibra S.A. e Controladas (Consolidado Prudencial) foram elaboradas e estão apresentadas em cumprimento a Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14, do Bacen e atendem os propósitos específicos da referida resolução e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021.

Adicionalmente, estão em conformidade com a Resolução nº 4.720/19 e Resolução BCB nº 2/20 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O Comitê de pronunciamentos contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN.

Os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 - Estrutura conceitual básica - Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.720/19;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações – Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 - Resultado por ação – Resolução CMN nº 2/20;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis

a. Práticas de consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/12/2013, do BACEN, as demonstrações financeiras do Fibra Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

| Denominação social | Atividade | Participação |
|--|---|--------------|
| Controladas | | |
| Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários | Aquisição de créditos imobiliários | 100,00% |
| Validata Meios de Pagamentos Ltda. | Processamento de cartões e/ou de meios de pagamento | 99,999% |

Controladas não Consolidadas ⁽¹⁾

Fibra Corretora de Seguros Ltda.

⁽¹⁾ De acordo com a normatização do Consolidado Prudencial, controladas do ramo financeiro não são consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas dos balanços, de acordo com as disposições contratuais.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo (**Notas 4 e 5**).

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (**Nota 5**).

e. Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN. São classificados nas categorias (**Nota 6a**):

- **Títulos para negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Títulos disponíveis para venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

• **Títulos mantidos até o vencimento** – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados e contabilizados a valor de mercado e classificados como "hedge" (proteção) ou "não-hedge". Os instrumentos destinados a "hedge" são classificados como: "hedge de risco de mercado" ou "hedge de fluxo de caixa". Os critérios para registro são os seguintes: para os instrumentos financeiros derivativos que não se destinam a "hedge", bem como para aqueles classificados como "hedge de risco de mercado", os ajustes a valor de mercado são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Para os instrumentos financeiros derivativos classificados como "hedge de fluxo de caixa", a parcela efetiva do "hedge" deve ser contabilizada em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas, no resultado do período. Com as alterações introduzidas pela Circular nº 3.150/02 do BACEN, este tratamento também é dispensado aos instrumentos derivativos negociados em associação a operações de captação ou aplicação de recursos, podendo ser desconsiderada a sua avaliação a mercado, nas condições especificadas na norma (**Nota 6**).

g. Operações de crédito ou outros créditos com características de concessão de crédito e fianças prestadas

Operações de crédito e outros créditos - As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Fianças prestadas - A resolução do CMN nº 4.512/16 e a Carta Circular BACEN nº 3.782/16 estabeleceram procedimentos contábeis, determinando a constituição de provisão para perdas associadas às garantias prestadas. As perdas associadas a essas garantias partem de modelos quantitativos e qualitativos relacionadas ao cliente, guardando forte relação às perdas prováveis para créditos, porém com estudos históricos que amparam a característica peculiar desse produto. A provisão tem se mostrado suficiente para cobrir perdas prováveis durante a vigência da garantia e são reavaliadas periodicamente.

h. Provisões de operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos mesmos. O CMN estabeleceu, por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos de setores ou de carteiras (**Nota 9a e 9b**).

i. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização (**Nota 18a**).

j. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões sobre captação de CDB, LCA e LCI e são controladas por contrato. As comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo de vigência dos contratos (**Nota 18b**).

k. Investimentos

As participações em controladas nas demonstrações individuais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os saldos contábeis da entidade sediada no exterior foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data de encerramento do período. Para fins de cálculo de equivalência e de consolidação, esses saldos foram ajustados, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN (**Notas 10a e 11**).

l. Imobilizado e intangível

• **Imobilizado:** A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, obedecendo as seguintes taxas anuais, contemplando a vida útil econômica, e prazos: veículos e sistema de computação, 20% ao ano; instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano;

• **Intangível:** Corresponde aos gastos amortizados de forma linear à taxa de 20% ao ano no decorrer do período estimado de benefício econômico, e ágio na aquisição de investimentos, fundamentados na expectativa de realização de resultados futuros, amortizados à taxa de 10% ao ano (**Nota 10b**).

Ajustes aos valores recuperáveis dos ativos – Resolução nº 3.566/08:

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorização desses ativos e consequente ajuste contábil desses ativos aos seus valores de realização. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2021.

m. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n. Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos)

O artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21 majorou a alíquota da CSLL de 20% para 25% a partir de julho/2021 e baseada na Circular do BACEN nº 3.171/2003, Artigo 1º, parágrafo 2º a qual estabelece que qualquer alteração de Legislação Tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros devem ter seus efeitos reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que a parcela do ativo será realizada ou o passivo liquidada.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Créditos tributários diferidos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica "Outras Obrigações – Obrigações fiscais diferidas".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social, até junho de 2021, foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado, e a partir de julho de 2021, foi majorada para 25% em razão da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 19a.

o. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2021, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (**Nota 20**).

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

p. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

q. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências e valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. Disponibilidades

| | Fibra Prudencial | |
|-------------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Moeda nacional | 115 | 6.110 |
| Moeda estrangeira | 99.071 | 82.246 |
| Total | 99.186 | 88.356 |

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| | Fibra Prudencial | |
|---|------------------|--------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT | - | 2.491 |
| Aplicações no mercado aberto - Posição bancada | - | 2.491 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 21.465 | 6.330 |
| Total | 21.465 | 8.821 |
| Circulante | 21.465 | 8.821 |
| Não circulante | - | - |

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, conforme a estratégia de negócios

| | Fibra Prudencial | | | | | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 30/06/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Sem vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Valor de Mercado | Valor na Curva | Valor de Mercado | Valor na Curva |
| Títulos disponíveis para venda | 26.495 | 32.328 | 193.041 | 1.069.330 | 1.321.194 | 1.345.781 | 892.581 | 886.884 |
| Títulos Públicos | - | - | 154.451 | 895.233 | 1.049.684 | 1.075.861 | 663.589 | 660.386 |
| Letras financeiras do tesouro - LFT | - | - | 58.980 | 161.711 | 220.691 | 222.176 | 346.067 | 347.703 |
| Letras do tesouro nacional - LTN | - | - | 95.471 | 99.164 | 194.635 | 201.171 | 198.647 | 196.639 |
| Notas do tesouro nacional - NTN | - | - | - | 634.358 | 634.358 | 652.514 | 118.875 | 116.044 |
| Títulos privados | - | 32.328 | 38.590 | 174.097 | 245.015 | 243.221 | 202.602 | 200.108 |
| Certificado de produto rural - CPR ⁽¹⁾ | - | 10.835 | 38.456 | 5.551 | 54.842 | 54.842 | 1.110 | 1.110 |
| Certificado de dir. cred. do agro.- CDCA ⁽¹⁾ | - | - | - | 20.670 | 20.670 | 20.670 | 22.061 | 22.061 |
| Certificado de receb. imobiliários - CRI ⁽¹⁾ | - | 19.394 | - | - | 19.394 | 19.394 | 19.499 | 19.499 |
| Debêntures ⁽¹⁾ | - | - | 52 | 68.464 | 68.516 | 68.516 | 60.681 | 60.681 |
| Notas promissórias ⁽¹⁾ | - | - | - | - | - | - | 41.539 | 41.539 |
| Títulos no exterior | - | 2.099 | 82 | 79.412 | 81.593 | 79.799 | 57.712 | 55.218 |
| Ações | 1.216 | - | - | - | 1.216 | 1.420 | 1,420 | 1,420 |
| Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾ | 25.279 | - | - | - | 25.279 | 25.279 | 24.970 | 24.970 |
| Títulos mantido até o vencimento | - | - | - | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.272.568 | 1.272.568 |
| Títulos Públicos | - | - | - | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.272.568 | 1.272.568 |
| Notas do tesouro nacional - NTN | - | - | - | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.282.104 | 1.272.568 | 1.272.568 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 202.569 | 106.555 | 26.318 | 335.442 | 331.252 | 290.062 | 286.448 |
| Diferenciais a receber de "Swap" | - | 17.697 | 476 | - | 18.173 | 14.686 | 22.884 | 19.537 |
| Opções e "Non Deliverable Forward" - NDF | - | 184.872 | 106.079 | 26.318 | 317.269 | 316.566 | 267.178 | 266.911 |
| Total da carteira ativa | 26.495 | 234.897 | 299.596 | 2.377.752 | 2.938.740 | 2.959.137 | 2.455.211 | 2.445.900 |
| Circulante | | | | | 534.493 | 531.803 | 742.059 | 739.539 |
| Não circulante | | | | | 2.404.247 | 2.427.334 | 1.713.152 | 1.706.361 |

⁽¹⁾ Títulos com características de crédito, sendo registrados os respectivos provisionamentos na rubrica "Instrumentos financeiros - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito", no montante total de R\$ 59.519 (R\$ 55.428 em 2020): CPR R\$ 162 (R\$ 6 em 2020), CDCA R\$ 207 (R\$ 221 em 2020), CRI R\$ 12.039 (R\$ 9.749 em 2020), debêntures R\$ 47.111 (R\$ 45.037 em 2020) e notas promissórias R\$ 415 em 2020.

⁽²⁾ Cotas de Fundo constituído pela B3 para suprir margem não operacional e garantias referentes à câmara de compensação e liquidação.

Para as categorias "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios básicos:

- Títulos públicos e títulos privados: Cotações de preços de mercado (ou de agentes de mercado), e modelos de precificação aprovados pela administração;
- SWAP e "Non Deliverable Forward" (NDF): Com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros, apurados com base nos modelos de precificação aprovados pela administração.

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados como "disponível para venda" contabilizados no patrimônio líquido, correspondiam a um débito no montante de R\$ 13.525 (crédito de R\$ 3.134 em dez/2020), líquidos dos efeitos tributários.

b. Instrumentos financeiros derivativos por indexador

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações, conforme detalhado na Nota 7.

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|------------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|
| | 30/06/2021 | | | 31/12/2020 | | |
| | Valor da Operação | Diferencial a mercado | Diferencial na curva | Valor da Operação | Diferencial a mercado | Diferencial na curva |
| Posição ativa | | | | | | |
| Commodities | 394.024 | 53.758 | 49.854 | 239.902 | 15.191 | 23.664 |
| Juros | 3.094.735 | 16.112 | 14.765 | 286.090 | 18.868 | 18.584 |
| Prefixado | 3.473.316 | 222.053 | 232.773 | 2.290.039 | 117.201 | 114.053 |
| Moedas | 853.636 | 43.519 | 33.860 | 1.515.546 | 138.802 | 130.147 |
| Valor Total | 7.815.711 | 335.442 | 331.252 | 4.331.577 | 290.062 | 286.448 |
| Circulante | | 309.124 | 304.294 | | 264.136 | 261.604 |
| Não circulante | | 26.318 | 26.958 | | 25.926 | 24.844 |
| | | | | | | |
| | Fibra Prudencial | | | | | |
| | 30/06/2021 | | | 31/12/2020 | | |
| | Valor da Operação | Diferencial a mercado | Diferencial na curva | Valor da Operação | Diferencial a mercado | Diferencial na curva |
| Posição passiva | | | | | | |
| Commodities | 476.255 | 39.378 | 22.540 | 109.786 | 638 | 12.709 |
| Juros | 2.927.000 | 18.339 | 295 | 15.315 | 80.808 | 6.063 |
| Prefixado | 633.418 | 4.334 | 5.133 | 499.811 | 6.610 | 9.613 |
| Moedas | 3.479.615 | 159.251 | 213.097 | 1.521.468 | 51.849 | 52.781 |
| Outros | - | 1.071 | - | - | 1.675 | - |
| Valor Total | 7.516.288 | 222.373 | 241.065 | 2.146.380 | 141.580 | 81.166 |
| Circulante | | 201.518 | 218.278 | | 92.769 | 63.766 |
| Não circulante | | 20.855 | 22.787 | | 48.811 | 17.400 |

b1. Valor da operação por produto

| Produto | Fibra Prudencial | | | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| NDF moedas | 3.826.149 | 3.483.722 | 3.404.175 | 1.426.372 |
| NDF commodities | 367.063 | 449.295 | 143.922 | 12.998 |
| Swap | 237.672 | 16.000 | 337.090 | 15.315 |
| Opções | 3.384.827 | 3.567.271 | 446.390 | 691.695 |
| Total de valor de referência | 7.815.711 | 7.516.288 | 4.331.577 | 2.146.380 |

Em 30 de junho de 2021 e 2020, os ganhos e perdas incorridos no semestre referente a instrumentos financeiros derivativos apresentaram um efeito líquido no resultado do Banco Fibra e Fibra Prudencial de R\$ 52.304 ((R\$ 19.766) no Banco Fibra e no Fibra Prudencial em 2020)).

Em 30 de junho de 2021, as margens depositadas em garantia dos instrumentos financeiros derivativos montam R\$ 309.788 (R\$ 217.558 em dez/2020).

c. Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de futuros

| | Fibra Prudencial | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | Compra | Venda | Compra | Venda |
| Futuro de milho - CCM | - | 287.127 | - | - |
| Futuro de cupom de cambial - DDI | 528.078 | 629.906 | 164.969 | 1.604.005 |
| Futuro de taxa média de DI de um dia - DI | 2.442.245 | 2.647.235 | 4.141.890 | 246.969 |
| Futuro de reais por dólar comercial - DOL/WDO | 1.970.122 | 1.046.035 | 187.081 | 506.316 |
| Futuro de cupom de IPCA - DAP | 112.965 | 21.895 | 387.568 | - |
| Futuro no exterior - Commodities | - | 249.324 | - | 145.659 |
| Futuro no exterior - Euro | 450 | 1.692 | 1.547 | 626 |
| Total de valor de referência | 5.053.860 | 4.883.214 | 4.883.055 | 2.503.575 |

d. Hedge de fluxo de caixa e risco de mercado

Conforme a circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

Em 30 de junho de 2021 existiam estruturas de "hedge" de risco de mercado por meio de contratos de futuros de DI (Instrumentos), com valor de mercado de R\$ 1.652.857 (R\$ 1.146.749 em dez/20). O valor de mercado das operações de captação e operações de crédito classificadas como objeto de "hedge de risco de mercado" totalizam R\$ 1.638.157 (R\$ 1.159.003 em dez/20).

Em janeiro de 2020, o Banco Fibra realizou desmonte de estruturas existentes de Hedge Fluxo de Caixa. Os objetos dessas estruturas eram CDBs pré-fixados com vencimento até janeiro de 2023 e CDBs indexados ao IPCA, sendo que nesse último caso, foram adquiridos NTN-Bs com a finalidade de gerar proteção nas variações desse indexador. Os instrumentos, hedge dessas operações, eram Futuros DI e DAP respectivamente. O resultado contábil apurado em janeiro de 2020, proveniente do referido evento, totalizou R\$ 77.470, antes da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O "hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de "hedge" num intervalo entre 80% a 125%, de acordo com a circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos "hedges" de fluxo de caixa e de risco de mercado é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho 2021 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações não representam exposição global do Banco Fibra aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|---|------------------------------|-------------|----------------------|--------------------------------|-------------|------------------|
| | Instrumento de hedge - Ativo | Prazo médio | Operações de crédito | Instrumento de hedge - Passivo | Prazo médio | Captações |
| Futuro de taxa média de DI de um dia (DI) | 140.488 | 202 | 148.054 | 1.512.369 | 1.252 | 1.490.103 |
| Total em 30/06/2021 | 140.488 | | 148.054 | 1.512.369 | | 1.490.103 |
| Total em 31/12/2020 | - | | - | 1.146.749 | | 1.159.003 |

7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital

Atendendo às requisições da resolução do Conselho monetário nacional (CMN) nº 4.557/17, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas.

O Conselho de administração do Banco Fibra tem papel fundamental na estrutura da gestão de riscos, atuando na aprovação das principais estratégias e políticas relacionadas ao tema, ressaltando, assim a importância da governança corporativa da Instituição.

A estrutura de gestão de riscos é de responsabilidade da diretoria de riscos, operações, controles Internos e segurança da Informação que coordena o monitoramento e o controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental. A integração dos riscos é observada no comitê de gestão de riscos, no qual são abordados todos os tópicos pertinentes, viabilizando uma gestão de riscos convergente e alinhada, permitindo compartilhamento de informações e o reforço das políticas de gestão direcionadas à proteção do capital da instituição.

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. Compreende a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os objetivos estratégicos da instituição.

O plano de capital é produzido anualmente considerando o ambiente macroeconômico, a complexidade das operações, produtos e serviços oferecidos bem como a exposição a riscos inerentes à atividade financeira e abrange o horizonte de três anos por meio de projeção de resultados, participação de mercado, composição dos ativos e passivos e alocação de resultados.

A estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado analisa a adequação do capital regulatório da Instituição no cumprimento de seu plano estratégico. Esta análise contempla os principais riscos aos quais a Instituição está exposta, bem como simulação de eventos severos que possam afetá-la. O monitoramento da suficiência de capital é realizado de forma contínua, utilizado no processo decisório de negócios e reportado ao comitê de gestão de riscos e ao conselho de administração.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

Classificação do risco de crédito - Rating

Entende-se por rating, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do rating do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições de pagamento de cada tomador em determinado horizonte de tempo e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o rating de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

b. Riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, tais como variação cambial, de taxas de juros, dos preços de ações, dos preços de mercadorias, entre outros.

O foco do Banco Fibra é a geração recorrente de resultados oriundos da área comercial, a partir da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a tesouraria colabora fomentando a área Comercial com os recursos financeiros (funding) necessários, gerenciando o risco de suas posições e atuando, conservadoramente, nas operações de suas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme critérios da resolução nº 4.557/17 e a circular nº 3.923/18. Os limites são estabelecidos por carteira, negociação e bancária, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: é formada por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidos com intenção de negociação ou destinados a hedge, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade. Normalmente, trata-se de ativos financeiros que serão negociados com intenção de revenda ou obtenção de benefício do movimento efetivo de preço.

Carteira bancária: por definição, detém todas as operações que não são de negociação, ou seja, é formada por instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, por exemplo, ativos, passivos ou derivativos estruturais que fazem parte da atividade fim do Banco de conceder crédito às empresas e oferecer soluções financeiras aos clientes.

• Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

O quadro abaixo detalha a análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, da carteira de negociação e bancária, que exponham a instituição a riscos provenientes de variação cambial, juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, aplicam-se choques nas variáveis de mercado, apurados com data base 30 de junho de 2021.

| Fator de risco | Cenário 1 | | Cenário 2 | | Cenário 3 | |
|-------------------|----------------|------------|----------------|------------|-----------------|------------|
| | Valor | Taxa (ano) | Valor | Taxa (ano) | Valor | Taxa (ano) |
| Pré | (2.939) | 7,42% | (7.582) | 8,23% | (15.164) | 9,88% |
| Cupom de moedas | (695) | -0,07% | (486) | 0,50% | (972) | 0,33% |
| Cupom de inflação | (408) | 2,61% | (122) | 1,99% | (244) | 2,39% |
| Moedas | (23) | | (301) | | (603) | |
| Total | (4.065) | | (8.491) | | (16.983) | |

Cenário 01: considera como premissa a deterioração provável nas variáveis de risco de mercado. Para a elaboração do cenário foram consideradas como referência as informações disponíveis em fontes independentes de mercado (B3, Anbima, entre outros).

Cenário 02: considera como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco.

Cenário 03: considera como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrer um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, de modo a gerar uma incapacidade de honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, sem afetar sua atividade diária e sem incorrer em perdas significativas; ou ainda a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Variações na liquidez podem ser influenciadas por variáveis econômicas ou de mercado.

Os controles de risco de liquidez visam identificar, monitorar, avaliar e controlar os riscos associados à gestão de liquidez, a partir do estabelecimento de limites operacionais e aplicação de cenários adversos, realizados por área independente.

d. Risco socioambiental

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes do Banco Fibra e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Ao final da avaliação, a área de Compliance estabelece um rating socioambiental para cada cliente aplicável, cuja aceitação/renovação será realizada em função desta classificação. O rating socioambiental demonstra a percepção de risco dos clientes do Banco Fibra, que contratam operações de crédito enquadrados nos critérios de faturamento ou segmento, conforme diretrizes estabelecidas na Política de Responsabilidade Socioambiental.

e. Risco operacional

O Banco Fibra define e dá o tratamento ao gerenciamento do risco operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem, e os riscos estratégicos ou de negócios.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

A estrutura adotada no plano de continuidade de Negócios utiliza uma abordagem de equipe para resposta a emergências e interrupções, com a utilização de recursos e processos, adequadamente documentados, de modo a minimizar o impacto de eventuais interrupções e proporcionar a retomada de atividades críticas em condições e prazos adequados.

Há uma coordenação central de Continuidade de Negócios para apoiar as áreas de negócios, proprietárias dos procedimentos de recuperação, assim como para garantir a uniformidade de ações e de comunicação. As deliberações para o PCN são realizadas em comitês, de acordo com a necessidade da Instituição.

Periodicamente o Banco Fibra realiza testes de Continuidade de Negócios de forma a verificar a real adequação dos procedimentos de recuperação aos seus propósitos.

8. Operações de Crédito, Câmbio e Outros Créditos

a. Classificação por produto

| | Fibra Prudencial | | | |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | % | 31/12/2020 | % |
| Operações de crédito | | | | |
| Empréstimos | 2.853.248 | 46,2% | 3.540.935 | 60,0% |
| Financiamentos | 462.720 | 7,5% | 366.958 | 6,2% |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 120.104 | 1,9% | 94.099 | 1,6% |
| Subtotal - Operações de crédito | 3.436.072 | 55,6% | 4.001.992 | 67,8% |
| Outros créditos com características de concessão de crédito | | | | |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio | 42.994 | 0,7% | 33.950 | 0,6% |
| Títulos e créditos a receber | 1.968.290 | 31,9% | 1.070.793 | 18,1% |
| Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito | 2.011.284 | 32,6% | 1.104.743 | 18,7% |
| (-) Ajuste ao valor de mercado (Objeto de hedge) | (484) | 0,0% | | |
| Subtotal - Operações de crédito e outros créditos | 5.446.872 | 88,2% | 5.106.735 | 86,5% |
| Garantias financeiras prestadas | 726.258 | 11,8% | 797.911 | 13,5% |
| Total da carteira | 6.173.130 | 100,0% | 5.904.646 | 100,0% |
| Circulante | 5.688.847 | | 4.745.154 | |
| Não circulante | 484.283 | | 1.159.492 | |

b. Classificação por setor de atividade

| | Fibra Prudencial | | | |
|----------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | % | 31/12/2020 | % |
| Indústria | 2.101.156 | 34,0% | 2.451.660 | 41,5% |
| Comércio | 971.708 | 15,8% | 1.171.562 | 19,8% |
| Serviços | 961.574 | 15,6% | 932.980 | 15,8% |
| Rurais | 82.326 | 1,3% | 110.336 | 1,9% |
| Habitação | 339.646 | 5,5% | 377.328 | 6,4% |
| Setor público | - | 0,0% | 20.044 | 0,3% |
| Intermediários financeiros | 1.597.425 | 25,9% | 642.515 | 10,9% |
| Pessoas físicas | 119.295 | 1,9% | 198.221 | 3,4% |
| Total da carteira | 6.173.130 | 100,0% | 5.904.646 | 100,0% |

c. Concentrações dos riscos de crédito

| | I - Operações com mercado interbancário | | | | II - Sem operações com mercado interbancário | | | |
|-------------------------------|---|---------------|------------------|---------------|--|---------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | % | 31/12/2020 | % | 30/06/2021 | % | 31/12/2020 | % |
| Principal Devedor | 178.063 | 2,9% | 180.929 | 3,1% | 178.063 | 4,0% | 180.929 | 3,3% |
| 2º ao 10º Maiores devedores | 1.152.372 | 18,7% | 924.892 | 15,7% | 881.357 | 19,7% | 915.612 | 17,0% |
| 11º ao 20º Maiores devedores | 814.850 | 13,2% | 659.660 | 11,2% | 571.409 | 12,8% | 613.646 | 11,4% |
| 21º ao 50º Maiores devedores | 1.465.869 | 23,7% | 1.230.804 | 20,8% | 963.532 | 21,6% | 1.106.672 | 20,6% |
| 51º ao 100º Maiores devedores | 1.041.680 | 16,9% | 1.072.615 | 18,2% | 719.559 | 16,1% | 977.908 | 18,2% |
| Demais devedores | 1.520.296 | 24,6% | 1.835.746 | 31,0% | 1.156.893 | 25,9% | 1.585.046 | 29,5% |
| Total da carteira | 6.173.130 | 100,0% | 5.904.646 | 100,0% | 4.470.813 | 100,1% | 5.379.813 | 100,0% |

d. Composição da carteira de crédito por vencimento

| | Fibra Prudencial | | | |
|--------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | % | 31/12/2020 | % |
| Vencidas | 28.755 | 0,5% | 64.133 | 1,1% |
| Vencer até 30 dias | 1.813.091 | 29,4% | 1.040.005 | 17,6% |
| Vencer de 31 a 60 dias | 708.080 | 11,5% | 716.255 | 12,1% |
| Vencer de 61 a 90 dias | 595.484 | 9,6% | 371.922 | 6,3% |
| Vencer de 91 a 180 dias | 1.444.412 | 23,4% | 871.959 | 14,8% |
| Vencer de 181 a 360 dias | 1.082.509 | 17,5% | 1.680.878 | 28,5% |
| Vencer acima de 360 dias | 500.799 | 8,1% | 1.159.494 | 19,6% |
| Total da carteira | 6.173.130 | 100,0% | 5.904.646 | 100,0% |

e. Cessão de créditos

Não houve cessões da carteira de crédito no semestre de 2021 e 2020.

f. Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921/02 do CMN.

| | Fibra Prudencial | | | |
|---|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | Posição Patrimonial | Resultado | Posição Patrimonial | Resultado |
| Operações vinculadas ativas | 40.681 | 586 | 40.096 | 799 |
| Operação de crédito | 40.681 | 586 | 40.096 | 799 |
| Recursos captados | 40.458 | (507) | 39.561 | (689) |
| CDB vinculado | 40.458 | (507) | 39.561 | (689) |
| Resultado líquido das operações vinculadas | | 79 | | 110 |

Em 30 de junho de 2021 e 2020 as operações encontravam-se adimplentes.

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a. Carteira de crédito, de acordo com os níveis de risco:

| Níveis de risco | Mínimo % | Fibra Prudencial | | | | | Total das operações | Total das provisões |
|--|----------|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---------------------|---------------------|
| | | Em curso normal | | Em curso anormal | | | | |
| | | Em R\$ | Provisões | Vencidas | Vincendas | Provisões | | |
| AA | 0,0% | 4.032.888 | 1.484 | - | - | - | 4.032.888 | 1.484 |
| A | 0,5% | 687.041 | 3.934 | - | - | - | 687.041 | 3.934 |
| B | 1,0% | 626.936 | 6.360 | 261 | 33 | 3 | 627.230 | 6.363 |
| C | 3,0% | 25.133 | 754 | 187 | 60 | 7 | 25.380 | 761 |
| D | 10,0% | 12.873 | 1.287 | - | - | - | 12.873 | 1.287 |
| E | 30,0% | 799 | 239 | 108 | 881 | 297 | 1.788 | 536 |
| F | 50,0% | 3.643 | 1.822 | 1.507 | 9.621 | 5.564 | 14.771 | 7.386 |
| G | 70,0% | 14.794 | 11.299 | 14.643 | - | 10.755 | 29.437 | 22.054 |
| H | 100,0% | 1.283 | 1.283 | 12.049 | 2.132 | 14.181 | 15.464 | 15.464 |
| Total da carteira - Créditos | | 5.405.390 | 28.462 | 28.755 | 12.727 | 30.807 | 5.446.872 | 59.269 |
| Garantias financeiras prestadas | | 726.258 | 412 | - | - | - | 726.258 | 412 |
| Total em 2021 | | 6.131.648 | 28.874 | 28.755 | 12.727 | 30.807 | 6.173.130 | 59.681 |
| % da carteira | | 99,3% | | 0,5% | 0,2% | | 100,0% | |
| Circulante | | | | | | | | 54.775 |
| Não circulante | | | | | | | | 4.906 |
| Total em 2020 | | 5.812.558 | 31.329 | 64.133 | 27.955 | 55.599 | 5.904.646 | 86.928 |
| % da carteira | | 98,4% | | 1,1% | 0,5% | | 100,0% | |
| Circulante | | | | | | | | 70.006 |
| Não circulante | | | | | | | | 16.922 |

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | Fibra Prudencial | |
|--|---------------------------|----------------|
| | 30/06/2021 ⁽¹⁾ | 30/06/2020 |
| Saldo inicial | 142.356 | 218.385 |
| Baixas contra provisão | (17.763) | (90.251) |
| Reversão de provisão constituída no semestre | (5.393) | (2.564) |
| Saldo final | 119.200 | 125.570 |

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2021, os saldos das provisões para carteira de crédito, são compostos da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 54.849 (R\$ 59.529 em 2020), provisão para outros créditos no montante de R\$ 63.939 (R\$ 82.329 em 2020), sendo R\$ 4.420 para outros créditos (R\$ 26.901 em 2020) e R\$ 59.519 para títulos privados (R\$ 55.428 em 2020). Provisão para avais e fianças no montante de R\$ 412 (R\$ 498 em 2020).

O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 22.633 (R\$ 74.283 em 2020). O total de recuperação de créditos anteriormente baixados foi de R\$ 20.713 (R\$ 25.334 em 2020).

A provisão para cobrir perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados dentro de cada faixa de risco podem ser utilizados com base no julgamento e experiência da Administração.

10. Investimentos

a. Participações em controladas

| Empresas | Fibra Prudencial | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-----------------------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| | 30/06/2021 | | | 30/06/2020 | | | |
| | Participação | Patrimônio líquido ajustado | Resultado de participação no semestre | Valor do investimento | Patrimônio líquido ajustado | Resultado de participação no semestre | Valor do investimento |
| Fibra Corretora de Seguros Ltda. | 99,999% | 11.562 | 137 | 11.562 | 11.069 | 344 | 11.069 |
| Total | | 11.562 | 137 | 11.562 | 11.069 | 344 | 11.069 |

b. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível no período:

| | Fibra Prudencial | | | | |
|---------------------------------------|------------------------------|--------------|--------|------------------------|------------------------------|
| | Saldo residual em 31/12/2020 | Aquisições | Baixas | Despesa de amortização | Saldo residual em 30/06/2021 |
| Licenças e Direitos de Uso | 56 | - | - | (7) | 49 |
| Processamento de Dados ⁽¹⁾ | 9.630 | 6.488 | - | (1.382) | 14.736 |
| Total | 9.686 | 6.488 | - | (1.389) | 14.785 |

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01

Em 30 de junho de 2021 e dezembro de 2020, não ocorreram baixas por impairment.

11. Dependência no Exterior

Em atendimento a resolução nº 4.524/16 do BACEN, foi definido que a moeda funcional da dependência no exterior é Reais (R\$). O montante relativo a variações cambiais reconhecido no semestre de 2021 foi de (R\$ 1.059) (R\$ 2.349 em 2020).

O resultado apurado pela agência de Cayman, no semestre de 2021, foi de R\$ 14.515 (R\$ 29.378 em 2020). O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi de (R\$ 1.224) (R\$ 24.845 em 2020).

O montante apresentado encontra-se incluído nos saldos do Banco Fibra S.A. individual e estão sumarizadas a seguir:

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|-------------------------------|---------------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
| | 30/06/2021 | | | 31/12/2020 | | |
| | Partes relacionadas | Terceiros | Total | Partes relacionadas | Terceiros | Total |
| Posição ativa | | | | | | |
| Disponibilidades | - | 17.853 | 17.853 | - | 14.322 | 14.322 |
| Títulos e valores mobiliários | 28.274 | 53.318 | 81.592 | 28.525 | 29.187 | 57.712 |
| Operações de crédito | 461.983 | 57 | 462.040 | 309.988 | 20.035 | 330.023 |
| Outros créditos | - | 54.264 | 54.264 | - | 23.214 | 23.214 |
| Outros valores e bens | - | 294 | 294 | - | - | - |
| Total | 490.257 | 125.786 | 616.043 | 338.513 | 86.758 | 425.271 |
| Posição passiva | | | | | | |
| Depósitos à vista | - | 13.221 | 13.221 | - | 11.940 | 11.940 |
| Depósitos a prazo | 392.687 | - | 392.687 | 161.112 | - | 161.112 |
| Dívida subordinada | 118.790 | - | 118.790 | 123.409 | - | 123.409 |
| Outras obrigações | - | 5 | 5 | - | 358 | 358 |
| Patrimônio líquido | - | 91.340 | 91.340 | - | 128.452 | 128.452 |
| Total | 511.477 | 104.566 | 616.043 | 284.521 | 140.750 | 425.271 |

12. Depósitos

| | Fibra Prudencial | | | | | | |
|----------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Sem vencimento | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 | Total |
| Depósitos à vista ⁽¹⁾ | 360.899 | - | - | - | - | - | 360.899 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 113 | - | - | 99.780 | 191.872 | 291.765 |
| Depósitos a prazo | - | 45.424 | 191.365 | 654.954 | 759.518 | 4.331.330 | 5.982.591 |
| 30/06/2021 | 360.899 | 45.537 | 191.365 | 654.954 | 859.298 | 4.523.202 | 6.635.255 |
| 31/12/2020 | 367.872 | 112.451 | 246.446 | 293.852 | 752.075 | 4.000.007 | 5.772.703 |

⁽¹⁾ Contém R\$ 13.221 (R\$ 11.940 em 2020) de depósitos à vista captados via agência de Cayman em ME.

13. Captações no Mercado Aberto

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra, lastreadas em títulos públicos, próprios ou de terceiros no montante de R\$ 535.657 (R\$ 393.660 em 2020).

14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|------------------|
| | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 | Total |
| Letras de créditos imobiliários - LCI ⁽¹⁾ | 3.461 | 834 | - | - | - | 4.295 |
| Letras de créditos do agronegócio - LCA ⁽²⁾ | 583 | 5.294 | 23.807 | 8.055 | 92.842 | 130.581 |
| Letras financeiras - LF ⁽³⁾ | - | 10.663 | - | - | - | 10.663 |
| Letras financeiras com garantia - LFG ⁽⁴⁾ | - | 166.090 | 539.066 | - | - | 705.156 |
| Total em 30/06/2021 | 4.044 | 182.881 | 562.873 | 8.055 | 92.842 | 850.695 |
| Total em 31/12/2020 | 11.297 | 39.481 | 319.521 | 727.341 | 92.150 | 1.189.790 |

As operações de LCI, LCA e LFG são lastreadas com operações ativas do Banco. Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

⁽¹⁾ LCI com taxas que variam de 92% a 95,5% do CDI e taxas pré de 4,57% a 4,91% a.a.

⁽²⁾ LCA com taxas que variam de 92% a 123% do CDI e taxas pré de 2,32% a 8,63% a.a.

⁽³⁾ LF com taxas de 116% do CDI

⁽⁴⁾ LFG emitidas de acordo com a Resolução nº 4.795 de 02/04/2020 à taxa de 100% da selic + 0,6% a.a.

15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 2,25% a.a. até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|----------------------------|------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Até 30 dias | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 | Total |
| Funcafé | 43.206 | 34.028 | 39.296 | 27.463 | 17.679 | 161.672 |
| Empréstimos no exterior | 1.408 | 89 | 3.776 | - | - | 5.273 |
| Total em 30/06/2021 | 44.614 | 34.117 | 43.072 | 27.463 | 17.679 | 166.945 |
| Total em 31/12/2020 | 6.305 | 61.964 | 11.479 | 125.403 | 13.358 | 218.509 |

16. Carteira de Câmbio

| | Fibra Prudencial | |
|---------------------------------|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Posição ativa | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 215.419 | 86.848 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 62.595 | 44.759 |
| Total | 278.014 | 131.607 |
| Circulante | 278.014 | 131.607 |
| Não circulante | - | - |

| | Fibra Prudencial | |
|---------------------------------|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Posição passiva | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 86.077 | 45.171 |
| Obrigações por Compra de câmbio | 214.255 | 84.857 |
| Total | 300.332 | 130.028 |
| Circulante | 300.332 | 130.028 |
| Não circulante | - | - |

17. Composição de Outras

a. Outros créditos - Diversos

| | Fibra Prudencial | |
|---------------------------------------|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Depósitos em garantia ⁽¹⁾ | 582.237 | 557.585 |
| Impostos a compensar | 44.833 | 68.753 |
| Negociação e intermediação de valores | 37.982 | 19.634 |
| Comissões de fianças a receber | 6.274 | 10.129 |
| Valores a receber | 86.029 | 56.746 |
| Outros | 5.814 | 8.004 |
| Total | 763.169 | 720.851 |
| Circulante | 90.046 | 60.836 |
| Não circulante | 673.123 | 660.015 |

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 20c).

b. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

| | Fibra Prudencial | |
|--|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro | - | 23.715 |
| Impostos e contribuições a recolher | 10.542 | 8.914 |
| Total | 10.542 | 32.629 |
| Circulante | 6.407 | 28.508 |
| Não circulante | 4.135 | 4.121 |

c. Provisões

| | Fibra Prudencial | |
|--|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Provisão para fianças prestadas | 412 | 498 |
| Provisões para contingências cíveis | 16.622 | 23.638 |
| Provisões para contingências fiscais | 409.449 | 406.428 |
| Provisões para contingências trabalhistas | 48.912 | 46.912 |
| Provisões para pagamentos a efetuar | 16.959 | 17.671 |
| Provisões sobre participações no resultado | 12.000 | 24.281 |
| Total | 504.354 | 519.428 |
| Circulante | 94.905 | 113.000 |
| Não circulante | 409.449 | 406.428 |

d. Outras despesas administrativas

| | Fibra Prudencial | |
|--|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Despesas de alugueis | 1.331 | 1.263 |
| Despesas de amortização | 1.389 | 1.374 |
| Despesas de comunicação | 1.532 | 1.364 |
| Despesas de depreciação | 508 | 476 |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | 1.989 | 372 |
| Despesas de processamento de dados | 11.140 | 7.273 |
| Despesas de serviços sistema financeiro | 4.477 | 5.474 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 6.301 | 5.746 |
| Despesas de serviços de terceiros | 229 | 205 |
| Despesas de transporte | 165 | 149 |
| Despesas de seguros | 484 | 348 |
| Despesas de viagens | 19 | 155 |
| Impostos e taxas | 210 | 544 |
| Outras despesas administrativas | 1.855 | 2.133 |
| Total | 31.629 | 26.876 |

e. Outras receitas operacionais

| | Fibra Prudencial | |
|---|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Atualização monetária | 5.101 | 6.490 |
| Reversão de contingências cíveis/trabalhistas | 7.585 | 1.818 |
| Variação cambial | 1.846 | 49.061 |
| Outras | 476 | 387 |
| Total | 15.008 | 57.756 |

f. Outras despesas operacionais

| | Fibra Prudencial | |
|-----------------------------------|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Custas processuais | 742 | 936 |
| Despesas de atualização monetária | 19 | 26 |
| Despesas de fianças | 4 | 42 |
| Pagamento de indenizações cíveis | 5.828 | 4.977 |
| Desconto concedido | 424 | 11.520 |
| Outras | 405 | 564 |
| Total | 7.422 | 18.065 |

g. Resultado não operacional

Totaliza R\$ 17.005 (R\$ 642 em 2020) e é representado, substancialmente, pelos ganhos e perdas na alienação ou na provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no Banco Fibra.

h. Relações interfinanceiras e interdependências

| | Fibra Prudencial | | | |
|--|------------------|------------|----------------|---------------|
| | Ativo | | Passivo | |
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Correspondentes | 329 | 70 | 919 | 143 |
| Transferências internas de recursos | - | 1 | 6.805 | 451 |
| Recursos em trânsito de terceiros ⁽¹⁾ | 54.130 | - | 308.867 | 58.695 |
| Total | 54.459 | 71 | 316.591 | 59.289 |
| Circulante | 54.459 | 71 | 316.591 | 59.289 |
| Não circulante | - | - | - | - |

⁽¹⁾ O saldo do ativo é composto por recebimentos via COMPE. No passivo refere-se substancialmente a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

i. Obrigações fiscais diferidas

| | Fibra Prudencial | |
|-----------------------|--|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| | Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19b). | 16.362 |
| Total | 16.362 | 15.462 |
| Circulante | - | - |
| Não circulante | 16.362 | 15.462 |

18. Outros Valores e Bens

a. Bens não de uso próprio

| | Fibra Prudencial | |
|-----------------------------|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| | Imóveis | 177.733 |
| Veículos | 1.809 | 2.019 |
| Outros | 20.540 | 20.540 |
| Provisão por desvalorização | (13.101) | (11.223) |
| Total | 186.981 | 233.175 |

b. Despesas antecipadas

| | Fibra Prudencial | |
|------------------------|--------------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| | Comissões de CDB/LCA/LCI | 45.394 |
| Licenças de uso | 1.141 | 734 |
| Manutenção de sistemas | 845 | 250 |
| Seguros | 1.530 | 840 |
| Outras | 1.071 | 335 |
| Total | 49.981 | 35.673 |
| Circulante | 4.814 | 2.797 |
| Não circulante | 45.167 | 32.876 |

19. Tributos

a. Composição das despesas com impostos e contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

| | Fibra Prudencial | | | | | |
|---|------------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | 30/06/2021 | | | 30/06/2020 | | |
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL | 40.458 | 40.458 | 40.458 | 72.326 | 72.326 | 72.326 |
| Consolidação IRRF - Exterior | - | - | - | (12.605) | (12.605) | (12.605) |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL - Consolidado | 40.458 | 40.458 | 40.458 | 59.721 | 59.721 | 59.721 |
| Encargos | | | | | | |
| IRPJ - 25% e CSLL - 20% (15% até fev./2020) | (10.115) | (8.092) | (18.207) | (14.930) | (11.944) | (26.874) |
| Adições e exclusões no cálculo de impostos | (1.941) | (38) | (1.979) | 15.298 | 4.414 | 19.712 |
| Participações em controladas | 3.662 | 2.930 | 6.592 | 7.431 | 5.945 | 13.376 |
| Variação cambial | (153) | (122) | (275) | 6.211 | 4.969 | 11.180 |
| Despesas não dedutíveis - Permanentes | (2.500) | (2.000) | (4.500) | (1.729) | (1.384) | (3.113) |
| IRRF a compensar - Exterior | - | - | - | 12.605 | - | 12.605 |
| IRPJ e CSLL diferido - Exterior | (3.629) | (2.903) | (6.532) | (10.496) | (8.397) | (18.893) |
| Efeito do diferencial de alíquota da CSLL 5% | - | 1.515 | 1.515 | - | - | - |
| Outros | 679 | 542 | 1.221 | 1.276 | 3.281 | 4.557 |
| Imposto de renda e contribuição social | (12.056) | (8.130) | (20.186) | 368 | (7.530) | (7.162) |
| Consolidação IRRF - Exterior | - | - | - | (12.605) | - | (12.605) |
| Imposto de renda e contribuição social - Consolidado | (12.056) | (8.130) | (20.186) | (12.237) | (7.530) | (19.767) |

b. Créditos tributários

I - Em 30 de junho de 2021, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos - Créditos tributários diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto, no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

O estudo foi atualizado também para 30 de junho de 2021, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2021. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 15% para 20%, em razão da Emenda Constitucional 103/2019;
- Despesa de impostos sobre lucros tributáveis, considerando o aumento da alíquota da CSLL de 20% para 25%, em razão da Medida Provisória 1.034 de 01/03/2021 a partir de julho até dezembro/2021;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos seis exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios, incluindo 2021.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

| | Fibra Prudencial | | | |
|---|------------------|---------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2020 | Constituição | (Realização) | 30/06/2021 |
| Total de créditos tributários de diferenças temporárias | 810.578 | 41.176 | (45.294) | 806.460 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 552.574 | 3.327 | (10.375) | 545.526 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 21.069 | 898 | - | 21.967 |
| Provisão para contingências - outros | 202.287 | 1.603 | (6.832) | 197.058 |
| Ajuste marcação a mercado | 26.088 | 34.504 | (26.089) | 34.503 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 5.050 | 844 | - | 5.894 |
| Outras | 3.510 | - | (1.998) | 1.512 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social | 330.004 | - | (1.536) | 328.468 |
| Total de créditos tributários | 1.140.582 | 41.176 | (46.830) | 1.134.928 |
| Obrigações diferidas | (15.462) | (900) | - | (16.362) |
| Créditos tributários líquidos | 1.125.120 | 40.276 | (46.830) | 1.118.566 |

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

| | Ano de realização | Fibra Prudencial |
|-----------------------|-------------------|------------------|
| | 2021 | 70.471 |
| | 2022 | 88.816 |
| | 2023 | 97.627 |
| | 2024 | 105.329 |
| | 2025 | 113.492 |
| | 2026 | 292.670 |
| | 2027 | 129.877 |
| | 2028 | 74.967 |
| | 2029 | 66.393 |
| | 2030 | 95.286 |
| Total | | 1.134.928 |
| Valor presente | | 901.127 |

III - Em 30 junho de 2021 o Banco Fibra Consolidado constituiu créditos tributários no montante de R\$ 1.515, em razão da majoração da alíquota da CSLL de 20% para 25% prevista no artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/2021, que entrou em vigor em 01/07/2021. Referida constituição foi baseada na circular do BACEN nº 3.171/2003, artigo 1º, parágrafo 2º a qual estabelece que qualquer alteração de legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros devem ter seus efeitos reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados contabilmente. Contudo, em sede do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100, pleiteia-se o direito à compensação dos valores de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde junho de 2001 a maio de 2006, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, com perspectiva de êxito remota, no montante de R\$ 31.974 (R\$ 31.823 em dez/2020), e cujo mérito da exigência se encontra em debate nos casos abaixo:

PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços. Por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "c" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 31.974 (R\$ 31.823 em dez/2020). COFINS: Mandado de segurança nº 2006.61.00.014235-1 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do COFINS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 12.662 (R\$ 19.616 em 2020) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 3.960 (R\$ 4.022 em 2020), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito.

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2020. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 30 de junho de 2021, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas monta R\$ 48.912 (R\$ 46.912 em 2020).

c. Obrigações legais - Provisões para contingências

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis referem-se principalmente ao processo de alargamento da base de PIS e COFINS.

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95.

Em observância a decisão de 10/12/2010, exarada nos autos da medida cautelar, que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário, não foi necessária a realização de depósito judicial para o PIS nas empresas Banco Fibra e Fibra Asset DTVM (incorporada pelo Banco Fibra em 31/08/2013). Para a empresa Credifibra (incorporada pelo Banco Fibra em 31/10/2012) foram efetuados os depósitos judiciais para o PIS no montante de R\$ 7.075 (R\$ 7.021 em 2020). No que tange a COFINS (Banco e suas Controladas), a partir de abril de 2012 foram efetuados os depósitos judiciais que somados perfazem o valor de R\$ 424.076 (R\$ 420.915 em 2020), conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 63 da Lei nº 9.430/96.

Os advogados externos contratados, responsáveis pela condução dos processos remanescentes (PIS - Credifibra e COFINS - Credifibra, Banco Fibra e Fibra Asset DTVM), entendem que a probabilidade de perda é provável, sendo que o montante de R\$ 409.449 (R\$ 406.428 em 2020) encontra-se integralmente provisionado, registrado no longo prazo, na rubrica "Provisões".

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 463.749 (R\$ 435.777 em 2020), sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões: a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 47.482 (R\$ 38.945 em 2020); b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 28.740 (R\$ 28.740 em 2020); c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 9.806, houve descisão favorável em impugnação, pendente ainda de julgamento de recurso de ofício, com redução para R\$ 744 (R\$ 9.760 em 2020); d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 94.249 (R\$ 82.859 em 2020); e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 21.890 (R\$ 20.251 em 2020); f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 10.014 (R\$ 9.264 em 2020); g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 15.364 (R\$ 14.509 em 2020); h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$ 20.558 (R\$ 20.558 em 2020); i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 14.441 (R\$ 14.534 em 2020); j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 19.895 (R\$ 19.592 em 2020) e k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 69.089 (R\$ 68.335 em 2020).

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

| | Fibra Prudencial | | | | | | |
|------------------------|------------------------|--------------|----------------|------------------------|--------------|----------------|------------------------|
| | Saldo em 30/06/2020 | Constituição | Realização | Saldo em 31/12/2020 | Constituição | Realização | Saldo em 30/06/2021 |
| Processos cíveis | 23.934 | 223 | (519) | 23.638 | 672 | (7.688) | 16.622 |
| Processos trabalhistas | 46.691 | 1.256 | (1.035) | 46.912 | 2.000 | - | 48.912 |
| Processos fiscais | 404.097 | 2.331 | - | 406.428 | 3.021 | - | 409.449 |
| Total | 474.722 | 3.810 | (1.554) | 476.978 | 5.693 | (7.688) | 474.983 |

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 30/06/2021 é de R\$ 4.135 (R\$ 4.121 em 2020). O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital

Em 06 de fevereiro de 2018, o Banco Fibra, através de sua agência nas Ilhas Cayman, captou recursos no exterior, na forma de dívida subordinada no valor total de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares). Em 29 de março de 2018, na forma de emissão suplementar à Dívida Subordinada Original, foram captados US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares). O instrumento de Dívida Subordinada integra o Nível II do seu Patrimônio de Referência, nos termos da Resolução nº 4.192/13 com aprovação em 24 de maio de 2018 pelo Banco Central do Brasil no total de US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares). As referidas dívidas foram emitidas com taxa de juros de 8,125% ao ano com pagamentos de juros semestrais em fevereiro e agosto de cada ano, cujo vencimento do principal será em 6 de fevereiro de 2028.

| Data da operação | Remuneração | Fibra Prudencial | | | |
|-----------------------|-------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
| | | Saldo | Capital nível II | Saldo | Capital nível II |
| 06/02/2018 | VC + 8,125% | 77.472 | 75.032 | 80.484 | 77.951 |
| 29/03/2018 | VC + 8,125% | 41.318 | 40.018 | 42.925 | 41.574 |
| Total | | 118.790 | 115.050 | 123.409 | 119.525 |
| Circulante | | 3.740 | - | 3.884 | - |
| Não circulante | | 115.050 | 115.050 | 119.525 | 119.525 |

22. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias (6.335.020.888 em 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. Não foi constituída no semestre por possuir prejuízos acumulados.

23. Transações com Partes Relacionadas

a. Partes Relacionadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No semestre findo em 30 de junho de 2021, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

| Controladas | Ativo (Passivo) | | Receita (Despesa) | |
|---|-----------------|-----------------|-------------------|--------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Depósitos | | | | |
| À Vista | (79) | (31) | - | - |
| Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários | - | (3) | - | - |
| Fibra Corretora de Seguros Ltda. | (63) | (15) | - | - |
| Validata Meios de Pagamento Ltda. | (16) | (13) | - | - |
| A Prazo | (11.388) | (11.385) | (141) | (171) |
| Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários | (824) | (814) | (10) | (14) |
| Fibra Corretora de Seguros Ltda. | (9.851) | (9.849) | (122) | (145) |
| Validata Meios de Pagamento Ltda. | (713) | (722) | (9) | (12) |

| Coligadas do Grupo Controlador | Ativo (Passivo) | | Receita (Despesa) | |
|---|------------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Títulos e valores mobiliários | 28.274 | 28.525 | 3.042 | 808 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | 28.274 | 28.525 | 3.042 | 808 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.181 | (889) | 6.089 |
| Finobrasa Agroindustrial S.A. | - | 2.771 | (495) | 521 |
| Vicunha Têxtil S.A. | - | 410 | (394) | 5.568 |
| Operações de crédito | 39.567 | 100.833 | 1.442 | 4.081 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | - | - | - | 434 |
| Finobrasa Agroindustrial S.A. | 10.387 | 6.688 | 399 | 464 |
| Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 21.155 | 21.422 | 689 | 1.624 |
| Vicunha Têxtil S.A. | 8.025 | 10.030 | 354 | 27 |
| Rio Purus Participações S.A. | - | 62.693 | - | 1.532 |
| Transferências de direitos sem coobrigação | - | - | 732 | 691 |
| Companhia Siderúrgica Nacional | - | - | 732 | 49 |
| Vicunha Têxtil S.A. | - | - | - | 642 |
| Títulos de dívidas no exterior | (118.790) | (123.409) | (4.674) | (5.117) |
| Companhia Siderúrgica Nacional | (118.790) | (123.409) | (4.674) | (5.117) |
| Depósitos à vista e a prazo | (669.671) | (595.766) | (6.154) | (4.678) |
| AVCO Polímeros do Brasil S.A. | (3) | (4) | - | - |
| Bonança Projetos Imobiliários Ltda. | (1) | (85) | (1) | (8) |
| CFL Participações S.A. | - | (53) | - | - |
| CIPLA - Serviços e Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (2.627) | (1.005) | (22) | (10) |
| Companhia Siderúrgica Nacional | (523.393) | (458.360) | (4.412) | (2.653) |
| Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda. | (1) | (11.935) | (32) | (140) |
| Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários Ltda. | (36.186) | (67.020) | (834) | (512) |
| Fibra MZM Diadema Empreendimento Imobiliário Ltda. | (767) | (923) | (10) | (30) |
| Fibra Participações Ltda. | (25.764) | - | (4) | - |
| Finobrasa Agroindustrial S.A. | (45) | (2.677) | (21) | - |
| Pajuçara Confecções S.A. | (42) | (43) | - | (1) |
| Partifib Projetos Imobiliários André Casado Ltda. | - | (234) | - | (46) |
| Partifib Projetos Imobiliários Caiubi Ltda. | (1.892) | (342) | (11) | (47) |
| Partifib Projetos Imobiliários Celso Garcia Ltda. | (5.085) | (5.696) | (72) | (196) |
| Partifib Projetos Imobiliários Consolação Ltda. | (1) | (1) | - | - |
| Partifib Projetos Imobiliários Eugenio de Melo Ltda. | (67) | (512) | (2) | (46) |
| Partifib Projetos Imobiliários F57 Ltda. | (1) | (800) | (3) | (34) |
| Partifib Projetos Imobiliários F64 Ltda. | (7.348) | - | (55) | - |
| Partifib Projetos Imobiliários F68 Ltda. | (4) | (4) | - | - |
| Partifib Projetos Imobiliários Livramento Ltda. | (5.134) | - | (32) | - |
| Partifib Projetos Imobiliários Gamma Ltda. | (1) | (204) | (1) | (15) |
| Partifib Projetos Imobiliários Teodoreto Ltda. | (1) | (171) | (1) | (53) |
| Partifib Projetos Imobiliários Nova Odessa Ltda. | (1) | (236) | (1) | (5) |
| Rio Iaco Participações S.A. | - | (517) | - | - |
| Rio Purus Participações S.A. | (4.949) | (7.656) | (72) | (184) |
| Taquari Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. | (793) | (553) | (6) | (7) |
| Taquari Participações S.A. | (16.584) | (7.476) | (173) | (146) |
| Textília S.A. | (305) | (600) | (5) | (2) |
| Transnordestina Logística S.A. | (2) | (4) | - | - |
| Tutóia Empreendimento Imobiliário S.A. | (152) | (133) | (1) | (2) |
| Vicunha Aços S.A. | (26.836) | (11.651) | (203) | (167) |
| Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda. | (166) | (164) | (2) | (39) |
| Vicunha Imóveis Ltda. | (8.738) | (1.660) | (61) | - |
| Vicunha Participações S.A. | (169) | (169) | - | (1) |
| Vicunha Serviços Ltda. | (2.208) | (1) | (14) | (4) |
| Vicunha Steel S.A. | (210) | (527) | (5) | (18) |
| Vicunha Têxtil S.A. | (195) | (14.350) | (98) | (312) |
| Controladores, acionistas e pessoal chave da administração | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) | | |
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Depósitos à vista e a prazo | (1.579) | (1.513) | (30) | (25) |
| Controladores e pessoal chave da administração. | (1.579) | (1.513) | (30) | (25) |
| Letras de créditos imobiliários e do agronegócio - LCI e LCA | (817) | (555) | (12) | (33) |
| Controladores e pessoal chave da administração. | (817) | (555) | (12) | (33) |

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 16º e CPC 33 – Benefícios a Empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções do CMN nº 3.921/10 e 4.877/20.

| Administradores | Fibra Prudencial | |
|--|------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Benefícios de curto prazo à empregados e administradores | 4.037 | 3.843 |
| Outros benefícios de longo prazo | 9.445 | 7.262 |
| Total | 13.482 | 11.105 |

24. Limites Operacionais

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 9,25% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 30 de junho de 2021 o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

| | Fibra Prudencial | |
|---|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Patrimônio de referência (PR) | 815.177 | 820.442 |
| Patrimônio de referência exigido (PRE) | 538.992 | 546.812 |
| Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾ | 22.813 | 13.083 |
| Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾ | 109.483 | 85.439 |
| Margem | 143.889 | 175.108 |

⁽¹⁾ Risco de Mercado de taxas de juros de carteira "banking". ⁽²⁾ Em junho de 2021, 1,625% do RWA total ante 1,25% em dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2021, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, correspondia a 12,10% (12,00% em dezembro de 2020).

25. Informações Complementares

a. Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

| | Fibra Prudencial | |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
| Beneficiários de garantias prestadas | 726.258 | 797.911 |
| Total | 726.258 | 797.911 |

b. Benefícios a funcionários

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

c. Participação nos Lucros - Funcionários

O Banco Fibra possui modelo próprio de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, com critérios e parâmetros estabelecidos em plano específico.

26. Resultado não Recorrente

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2020 não houve resultado classificado como não recorrente. O montante não recorrente em 30 de junho de 2021, está demonstrado abaixo:

| | Fibra Prudencial | |
|---|------------------|------------|
| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
| Resultado não recorrente | 1.515 | - |
| Crédito Tributário - Majoração da alíquota da CSLL de 20% para 25% (Valida de Julho até Dezembro de 2021) | 1.515 | - |

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz
 Carlos Alberto Sangiorgio
 José Lourenço Cassandre Junior
 Kumagae Hinki Junior
 Marcos Chadalakian
 Rafael Pavão de Assis
 Rodrigo de Faria Matias Bueno

CONTADOR

Orlando Francisco Duarte Jordão - CRC 1SP 294229/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria de 30/06/2021**Introdução:**

Em conformidade ao disposto em seu Regimento Interno e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles e conformidade das operações e negócios do Conglomerado Fibra com os dispositivos regulamentares, fornecendo os resultados aos membros do Conselho de Administração, incluindo informações sobre as avaliações apresentadas pelas Auditorias Interna e Independente.

As análises do Comitê de Auditoria foram baseadas nas informações recebidas da Administração, da Contabilidade, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra"), a definição e implantação dos sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo de processos, políticas e procedimentos de controle que propiciem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas da Instituição.

A Grant Thornton Auditores Independentes, na qualidade de Auditor Independente, é a responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produz relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e de controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento de riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica dos principais riscos a que a instituição está exposta.

Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria do Banco Fibra se reuniu mensalmente e nestas reuniões foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Independente e Interna, a suficiência dos sistemas de controles internos e a análise das demonstrações contábeis. Quando requerido, os responsáveis por processos, produtos ou áreas foram convocados para prestar esclarecimentos ao Comitê.

Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou como adequado o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra, que está baseado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de riscos de produtos e processos e do ambiente de governança corporativa. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria avalia o Sistema de Controles Internos como compatível ao porte e complexidade dos negócios do Banco Fibra.

Quanto aos riscos legais e de compliance, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos da Auditoria Interna e Independente, concluímos que não foram identificadas falhas no cumprimento da legislação e/ou normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

A Auditoria Interna, cujo planejamento anual de suas atividades é aprovado e acompanhado neste foro, completa o ciclo de auditoria a cada três anos e realiza trabalhos de auditoria operacionais, de sistemas e contínua com foco em riscos e utilizando-se de metodologia atualizada e reconhecida pelo mercado. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas aos respectivos responsáveis e a implementação das recomendações acompanhadas no âmbito do Comitê de Auditoria. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos de auditoria foi discutido e previamente aprovado pelos membros. A objetividade e independência não foram afetadas, de acordo com informações recebidas do auditor independente. A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou outro serviço além de auditor das Demonstrações Financeiras durante o primeiro semestre de 2021 e nos últimos 02 anos.

O Comitê de Auditoria julgou adequada a qualidade dos trabalhos efetuados pela Auditoria Independente e suficiente o volume de informações necessárias para poder dar o seu parecer acerca das demonstrações financeiras.

Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê de Auditoria vem acompanhando os planos de ação relacionados ao aprimoramento dos controles, decorrentes das recomendações efetuadas pelas auditorias interna e Independente, bem como pelos reguladores, relativas aos respectivos períodos anteriores. Dois dos membros do Comitê participam das reuniões regulares do Conselho de Administração, ocasiões em que tiveram a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, e, diante da inexistência de divergências significativas entre a administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco Fibra, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

Comitê de Auditoria

Marcos Chadalakian
Presidente e membro qualificado

Carlos Lofrano
Membro independente

Kumagae Hinki Junior
Membro